

O Papel dos BRICS na Governança Global

Gustavo Borges Ansani¹

Resumo

Descrevendo o que se entende por governança global e explicando a origem do acrônimo BRICS, o artigo busca compreender como os grandes países emergentes podem deixar de ser coadjuvantes do sistema político-econômico internacional passando a assumir um papel mais relevante. O artigo analisa como o BRICS podem se inserir com maior influência no cenário internacional e assim mudar o *status quo* da governança global. Por intermédio da análise das relações existentes entre os membros do BRICS é feita uma avaliação do poder atual do grupo e são discutidas as particularidades que pesam a favor e contra o alinhamento entre si e o desenvolvimento de cada um dos países do grupo.

Palavras-chave: Governança global, relações internacionais, BRICS.

Abstract

By describing what is understood by global governance and explaining the origin of the BRICS acronym, this article is meant to help the reader understand the importance of the main emerging countries and how they can pursue a bigger role within the international community. In addition, through an explanation of the current relationship between the BRICS' members, an analysis is drawn on how each country's strengths and weaknesses may help them enhance their relationship with each other and thus exert a bigger role in global governance.

Keywords: Global governance, international relations, BRICS.

Resumen

Describiendo lo que se entiende por gobernanza mundial y explicando el origen del acrónimo BRICS, este trabajo busca comprender como los mayores países emergentes pueden ceder sus coadyuvancias en el sistema político económico internacional y tomar para sí un papel mas destacado. El artículo analiza como el BRICS pueden injerirse con mayor influencia en el contexto internacional y cambiar el status quo de la gobernanza mundial. A través de la análisis de la corriente relación entre los miembros de BRICS, hicimos una evaluación del poder actual del grupo y discutimos las particularidades que pesan a favor y en contra el desarrollo de cada país del grupo.

Palabras clave: gobernanza mundial, relaciones internacionales, BRICS.

Introdução

Os países que compõem o acrônimo BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (*South Africa*, em inglês) são cotados para assumir o papel de líderes mundiais no século XXI em diversas frentes e conseqüentemente mudar a vigente ordem da governança global. Para entender melhor a situação atual e a expectativa de crescimento destes países emergentes, é preciso compreender o que se define por governança global.

¹ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Paulista.

Num primeiro momento, o artigo busca introduzir noções básicas de governança global para que haja um entendimento de como a ordem mundial pode ser impactada por mudanças na governança do planeta. Também é citado o contexto histórico que propicia o cenário que hoje vivemos. Em seguida, é explicado como o termo BRICS foi cunhado, para depois focar nos acontecimentos históricos que levaram o mundo a ter a atual configuração hegemônica em certos aspectos e multilateral em outros e como essa configuração pode ser ameaçada pelo grupo de países emergentes.

O artigo traz então o posicionamento atual do BRICS, mencionando o fato dos países passarem a se reunir com maior frequência e citando dados que comprovam a grandiosidade e importância do grupo, mesmo havendo disparidade nos interesses dos Estados-membros. Depois, o trabalho traz um comparativo entre as similaridades e as diferenças do BRICS, de acordo com autores que enxergam uma aproximação entre as políticas desses países enquanto outros destacam as diferenças na essência de suas política e práticas econômicas.

A Governança global e o BRICS

O termo governança global foi utilizado pelo Banco Mundial durante a década de 1990 para avaliar não apenas os resultados das políticas de governo mas também como o governo exerce sua liderança no âmbito internacional (GONÇALVES, 2005). Governança global pode ser entendido não só como os meios e processos políticos usados para governar mas também como todos os outros elementos que compõem a sociedade e estão vinculados com a influência exercida pelo Estado no ambiente transnacional.

Acrescente-se a essa ideia a concepção de Mingst (2004), para quem a governança global implica que os atores do cenário internacional podem coordenar seus interesses e necessidades através das estruturas transnacionais existentes, mesmo que não exista uma autoridade política que os une.

O BRICS estão cientes que uma nova ordem mundial pode vir a ocorrer como consequência de suas políticas de governo e da multipolaridade que o sistema internacional exige desde o fim da hegemonia americana. Assim, podemos analisar o atual cenário global e buscar entender o papel dos países emergentes que mais se destacam na possível nova ordem econômica-política mundial.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os polos de poder do mundo se concentravam entre Estados Unidos e União Soviética. Esta balança de poder bipolar durou até o fim da União Soviética, quando os Estados Unidos passaram a exercer hegemonia de poder em vários aspectos, como o econômico, político e bélico. Com o passar do tempo, a hegemonia americana foi perdendo força e outros atores entraram em ação, como a União Europeia e a China.

Com o fim da União Soviética, “houve espaço para uma reacomodação das forças no sistema mundial” (VISENTINI, 2015, p. 7). Ainda segundo Visentini:

A China e as demais nações emergentes, especialmente as que integram o BRICS, puderam ocupar maior espaço. Mas esse precário equilíbrio foi significativamente afetado pela crise econômica nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) a partir de 2008-2009 (VISENTINI, 2015, p. 7).

Devido à crise econômica de 2008, embora os Estados Unidos continuem sendo a maior potência econômica do planeta, sua hegemonia está ameaçada pelo forte crescimento chinês e pela expectativa de novas lideranças para a organização global.

Prevendo a necessidade de haver um contrapeso para a hegemonia americana pós Guerra Fria, a comunidade internacional buscou um país ou um grupo de países que pudessem combater o poder desproporcional dos Estados Unidos (SANTOS, 2013). Nesse contexto surge o BRICS.

Surgimento do BRICS

O acrônimo BRIC foi inventado pelo economista-chefe da Goldman Sachs, o inglês Jim O'Neill em 2001 e serviu para identificar, entre os países emergentes, aqueles que possuíam a maior capacidade de crescimento e influência no mercado internacional. Posteriormente, a África do Sul foi adicionada à sigla em abril de 2011 por ser uma potência regional mas principalmente pela necessidade de inclusão de um país africano no grupo de países chamados de *growth markets* (HAIBIN, 2012).

Conseqüentemente o termo BRIC passou a ser usado por economistas, acadêmicos e jornalistas com frequência e entusiasmo, pois se esperava que estes países fossem assumir um cargo além do que lhes cabia à época no cenário político

e econômico mundial. A partir da inclusão da África do Sul, o grupo passa a ser chamado de BRICS.

Porém, o início do grupo conta apenas com os quatro países da formação original, sendo chamados apenas de BRIC. O BRIC surgiu como países que possuem mercados com alto potencial de crescimento e influência na economia internacional, mas não havia ainda instituições políticas e econômicas com o objetivo de promover negociações e estimular a convergência entre eles.

Logo após o surgimento do termo inventado por O'Neil, Brasil, Rússia, Índia e China perceberam que o termo cunhado pelo inglês poderia ser mais que um acrônimo chamativo e começaram a se organizar para institucionalizar os BRIC, concretizando então a teoria.

Peculiarmente, o BRIC pode ter sido o primeiro grupo "constituído a partir de uma sugestão teórica de um economista corporativo, e não por iniciativa original dos próprios Estados envolvidos" (ALMEIDA, 2010, p. 132).

É prudente ressaltar que os quatro países provavelmente não tivessem se aproximado da forma que fizeram e também no momento que o fizeram não fosse o acrônimo inédito criado por O'Neil (ALMEIDA, 2010).

Percebendo que havia ali uma oportunidade de convergência, ainda que num primeiro momento não muito bem definida, o BRICS passou a explorar meios de transformar a idéia em realidade.

Começam então a ser realizadas reuniões de cúpula, o que ajuda a formular a agenda do grupo e a definir qual seria o foco dos encontros.

Até hoje foram sete destas reuniões, sendo a primeira em 2009 e a última em 2015, onde os alinhamentos do grupo foram tomando forma e certas ações em conjunto ganharam força até se concretizarem.

A sexta cúpula, realizada em Fortaleza em 2014, possui destacada relevância, pois marcou um novo momento para o desenvolvimento de contrapeso às instituições internacionais existentes, principalmente por instituir o Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como o banco do BRICS e que é visto, com certo teor de exagero e otimismo, como uma alternativa às instituições convencionais de financiamento, como o Fundo Monetário Internacional, FMI (CARMONA, 2015).

Na sexta cúpula é criado também o Arranjo Contingente de Reservas, uma espécie de poupança que os membros do BRICS podem recorrer em caso de crise ou instabilidade em suas balanças de pagamento.

Embora ainda é cedo para afirmar uma possível posição global de contrapeso ao FMI e às demais instituições de Bretton Woods, nota-se um alinhamento Sul-Sul com a intenção de diminuir a influência do Norte sobre o rumo e o futuro dos países emergentes.

O BRICS atualmente

Segundo o embaixador Roberto Jaguaribe, a agenda do BRICS inclui, entre outras coisas, eventos paralelos a reuniões de chefes de Estado, como o fórum empresarial Bric-Ibas, a reunião de autoridades máximas da área de segurança e de assuntos estratégicos e o primeiro encontro de think tanks” (BRASIL, 2014). Ainda segundo Jaguaribe, a pauta do grupo é principalmente voltada para negociações econômico-financeira e “maximizar a capacidade de influência do grupo nos foros multilaterais apropriados na defesa de mudanças consideradas importantes, nos quais a negociação é necessária” (BRASIL, 2014, p. 1).

Vários fatores contribuem para a ascensão do BRICS, entre eles sua enorme população, área geográfica e capacidade de crescimento.

Para se ter uma idéia da grandiosidade do grupo, seu PIB é superior que US\$ 17 trilhões, que correspondem à uma participação de 22% do PIB mundial e juntos têm uma população de mais de 3 bilhões de pessoas, ou pouco mais de 41% do total da população mundial (Brasil, 2015).

Na preparação para assumir um papel de maior influência no mercado e na política internacional, o BRICS vem investindo multilateralmente em vários aspectos políticos e econômicos.

No campo político, os países do BRICS se engajam em diversas ações humanitárias como forma de demonstrar boa vontade em bancar capital necessário para manter a ordem no mundo. Afinal, quem se propõe a introduzir mudanças no cenário político internacional precisa ajudar a pagar os custos da manutenção da ordem.

Most BRICS members are engaged UN peacekeepers, which could help emerging powers to assume their international responsibilities as

well as practice the overseas military operation capacity of their armies. Brazil's policymakers consider peacekeeping as part of the price the country has to pay to be among the nations who make the rules (HAIBIN, 2012, p.2).

Seguindo este conceito, todos os países do BRICS participam de programas de pacificação e apoio humanitário das Nações Unidas, principalmente em regiões geográficas onde possuem maior influência.

Nos últimos dois anos, China, Rússia e Brasil vêm enfrentando transtornos político e econômico, resultando numa diminuição da intensidade e alcance de suas ações humanitárias. Aliás, nota-se o oposto ocorrendo nas políticas externas de China e Rússia, que vêm demonstrando maior agressividade no cenário internacional. A Rússia participa abertamente da Guerra Civil Síria enquanto a China impõe sua presença nos mares do sudoeste asiático de maneira camuflada.

Ainda no campo político, o BRICS pressiona pela reforma do Conselho de Segurança da ONU, com o objetivo de proporcionar ao conselho maior representatividade. Destaca-se também o multilateralismo em que os países do BRICS se engajam no sistema internacional, onde atuam em diversas frentes, ora juntos, ora separados, mas sempre com o objetivo de influenciar a política regional ou mundial em maior proporção.

Similaridades e diferenças

Enquanto a similaridade dos BRICS em termos econômicos e de projeção para o futuro foi o que levou à sua colocação num grupo seletivo de países emergentes, o fato de serem ao mesmo tempo tão distintos e distantes uns dos outros leva certos autores a destacar o que lhes aproxima e o que lhes afasta.

Com base neste contexto, uns destacam as similaridades como fator propulsor da aproximação e possibilidade de resultados concretos e úteis a favor dos membros do grupo. Outros já enfatizam a distância política e econômica entre eles como fator desencorajador de resultados positivos.

Marcos Troyjo, colunista da Folha de São Paulo, destaca que “estão se consolidando ao menos duas formas com que a comunidade internacional enxerga o grupo” (TROYJO, 2014, p. 1). A primeira forma está voltada para a atualidade e a percepção do futuro dos BRICS que prioriza fatores como população e grandeza

territorial para avaliar a grandeza econômica dos países membro e prever seus futuros.

A outra forma visa destacar o impacto institucional que os BRICS têm nas organizações internacionais atuais e na possibilidade de criação de novos organismos multilaterais que possuam a capacidade de alterar a governança global.

Os cinco países membros do BRICS possuem “grupos de trabalho em áreas como cooperação espacial, combate ao terrorismo, saúde pública. E, claro, além de um fundo de US\$100 bilhões à disposição de qualquer membro do grupo no advento de crises de liquidez...” (TROYJO, 2014, p. 1).

Como a conjuntura internacional dos países membros está ficando cada vez mais clara e objetiva, a segunda forma de enxergar os BRICS se destaca perante a primeira, pois entende-se que é composta por instrumentos que podem modificar os polos de poder, enquanto a primeira forma só se faz importante caso a segunda seja eficiente. Ou seja, de nada vale ter abundância em território, população e recursos naturais se eles não são bem aproveitados e protegidos e, conseqüentemente, usados como vetor de influência no sistema internacional.

Assim, os fatores que mais aproximam os BRICS uns dos outros são similaridades demográficas e geográficas, pois todos os países têm alta população e território extenso (TROYJO, 2014).

Há de se destacar que as diferenças entre os BRICS nem sempre devem ser enxergadas de maneira negativa. Por serem países tão distantes, tanto geograficamente quanto político e economicamente, as diferenças podem complementá-los. Conforme nos brinda Carmona (2015), as diferenças individuais se tornam complementares:

Os cinco BRICS reúnem poder combinado extraordinário: dois membros ‘não ocidentais’ do Conselho de Segurança das Nações Unidas, três potências nuclearmente armadas, além de serem países com forte base de recursos naturais, capacidades industriais, parques científicos, tecnológicos e de inovação em áreas, em geral, complementares e capacidade de produção de alimentos (CARMONA, 2015, p. 41).

Alguns autores, economistas e analistas de relações internacionais acreditam que a coalizão dos BRICS possui capacidade política e econômica para alterar a

ordem internacional, enquanto outros duvidam dessa capacidade devido a falta de pontos em comum que os aproximem. Há também o grupo de autores que não se dispõem a arriscar qual será a definição desse grupo (BREMNER, 2012; HAIBIN, 2012; CARMONA, 2015).

No tocante das diferenças entre os países que compõem BRICS, a disproporção comercial e a falta de um objetivo comum entre eles são as principais discrepâncias.

Ao analisarmos apenas o Brasil, notamos que a maioria dos produtos exportados para os demais BRICS são produtos de baixo valor agregado.

As exportações brasileiras para o BRICS são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 80,1% do total em 2014, com destaque para soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo e carnes. Os semimanufaturados posicionaram-se em seguida com 13,3% (açúcar em bruto e pastas de madeira) e os manufaturados com 6,7% (BRASIL, 2015, p. 14).

Já as importações brasileiras são compostas quase inteiramente por produtos manufaturados, ou seja, produtos com valor agregado maior que os exportados.

Os produtos manufaturados somaram 95,1% da pauta das importações brasileiras procedentes do BRICS em 2014, representados sobretudo por máquinas elétricas e mecânicas. Os produtos semimanufaturados posicionaram-se em seguida com 2,8% e os manufaturados com 2,1%... (BRASIL, 2015, p. 14).

Os dados acima refletem quão desigual é o comércio entre o Brasil e os demais membros do bloco e expõem a dependência da importação de produtos manufaturados e exportação de matéria prima. Esse dilema não é exclusivo brasileiro, francamente ele se aplica a maioria dos países que fazem negócios com a China. A propósito, a grandeza e ganância chinesa são os principais fatores de desequilíbrio entre o BRICS.

Em certos assuntos, os países-membros do BRICS empenham-se juntos para diferir dos alinhamentos das atuais potências, mas ainda assim possuem pouco em comum para manter uma agenda unificada. Em outras palavras, embora atuem em união de tempos em tempos, não conseguem chegar num senso comum de onde estão e para onde vão (BREMNER, 2012).

(...)the Brics can agree to disagree with the global status quo. They will sometimes use their collective weight to obstruct U.S. and European plans. But the Brics have too little in common abroad and too much at stake at home to play a single coherent role on the global stage (BREMNER, 2012, p. 1).

Apesar de terem o mesmo desejo de surgir como *global players*, os BRICS não se coordenam para exercer maior influência no mundo. Há quatro razões principais para essa ausência de influência: a proporção gigantesca da China, o sistema político de cada país, o sistema econômico de cada membro e por último a diferença das necessidades de cada país (BREMNER, 2012).

A grandiosidade chinesa é um fator desproporcional e desequilibrador da balança dos BRICS. A China tem a segunda maior economia do mundo e é sozinha maior que a economia de todos os outros membros (BREMNER, 2012).

(...)deve-se destacar as diferenças significativas em termos de desempenho econômico entre tais países, sendo que China e Índia têm recebido atenção especial no período mais recente em função de suas excepcionais taxas de crescimento econômico, que diferem significativamente quando comparadas com Brasil, Rússia e África do Sul, ao se tomar como referência o período pós-década de 1990 (VIEIRA; VERISSIMO, 2009, p. 514).

Brasil e Rússia continuam sendo um dos maiores exportadores de recursos naturais enquanto Índia e China são uns dos maiores compradores desses recursos. Tal cenário seria ideal para relações comerciais entre estes países, mas na prática não é bem assim. A relação comercial entre os BRICS esbarra nos diferentes interesses de cada governo e na indisponibilidade de firmar acordos bilaterais ou multilaterais entre si.

O peso no comércio internacional

Individualmente, os BRICS são relevantes para o comércio internacional, sobretudo a China. Porém, juntos como um bloco, são gigantes em termos de população, recursos, território e comércio.

Juntos, eles possuem quase metade da população mundial e participam com quase 1/5 das exportações globais. Seu PIB fica atrás apenas do PIB da maior potência do planeta, os Estados Unidos.

Abaixo, podemos compreender o tamanho da participação dos BRICS no comércio mundial:

Dados Básicos⁽¹⁾	
Países-membros	Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul
PIB 2014	US\$ 17,05 trilhões
Part. % no PIB mundial	22,0%
População 2014	3,027 bilhões de habitantes
Part.% na população mundial	41,5%
Exportações totais 2013	US\$ 3,41 trilhões
Part.% nas exportações mundiais	19,0%
Importações totais 2013	US\$ 3,08 trilhões
Part.% nas importações mundiais	16,4%
Intercâmbio comercial 2013	US\$ 6,49 trilhões
Part.% no intercâmbio comercial mundial	17,6%
Saldo comercial 2013	US\$ 334 bilhões
Fonte: BRICS Policy Center (http://Bricspolicycenter.org)	
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) FMI, World Economic Outlook Database, October 2014; e (2) UN/UNCTAD/ITC/Trademap, January 2015.	
(1) Estimativa FMI 2014.	

Percebe-se então a grandeza e a importância do grupo no comércio global. Devido às taxas de crescimento dos países da coalizão, estima-se que os membros do BRICS continuarão crescendo economicamente, como afirma Paulo Roberto de Almeida:

(...)em todo caso, pela sua grande importância demográfica, econômica e militar, assim como através da disseminação gradual de tecnologias proprietárias e de investimentos diretos a partir dos centros avançados da economia mundial, pode-se prever com toda segurança que a participação dos Brics nas exportações mundiais de bens e serviços e no Pib total deverá se expandir...(ALMEIDA, 2010, p. 144).

Embora a desaceleração econômica chinesa e a crise política brasileira serem uma espécie de revés da análise de Almeida (2010), ao passar dos anos ambas crises tendem a perder força e o cenário a se normalizar, solidificando a

análise de Almeida (2010) e reforçando a análise da Goldman Sachs que os BRICS iriam superar as maiores potências econômicas da atualidade, o G7, ainda neste século (HAIBIN, 2012).

Conclusão

A criação de uma sigla que juntou Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul em um só bloco fortaleceu estes países no sentido de buscarem em conjunto expandir seu poder e influência nas relações internacionais.

Surgiram avanços moderados de integração entre as partes desde o primeiro encontro dos chefes de governo até hoje, mas avanços estes que talvez nunca tivessem se realizado caso não houvesse tido um empenho comum entre os membros do BRICS. O objetivo do grupo é aproveitar o atual cenário mundial para assumir coletivamente um papel mais abrangente e influente.

Críticos da influência exercida pelos BRICS defendem que na realidade não existem muitos interesses em comum entre os membros e que seus sistemas político e econômico não apresentam oportunidades reais de convergência. Os desafios internos de cada país do grupo também são uma barreira para que eles possam exercer maior poder internacionalmente, e suas questões sociais e econômicas precisam ser melhoradas ou resolvidas antes de almejar a posição de *global player* do sistema internacional.

Assim, o BRICS continua sendo uma promessa de liderança e influência. Não há consenso se esta liderança será de fato exercida mas há expectativa que, com o crescimento de suas economias e a decadência das potências atuais, o grupo dos grandes países emergentes inclinem a balança de poder do mundo para seu lado, através da crescente cooperação Sul-Sul e do mútuo desejo de contrapor o atual sistema de governança global.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico. In: RENATO BAUMANN (Org.) *O Brasil e os demais Brics: Comércio e Política*. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, pp. 131-154.
- BRASIL, Portal. "Espaço de governança global é insuficiente para os Brics". Brasília, 2014. Disponível em < www.brasil.gov.br/governo/2010/04/201cespaco-de-governanca-global-e-insuficiente-para-os-Brics201d > . Acesso em 02.mai.2014.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Divisão de Inteligência Comercial. **BRICS – Comércio exterior**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/indicadores-economicos-e-comerciais>>. Acesso em: 9.mar.2015.
- BREMMER, Ian. United by a Catchy Acronym. 2012. Disponível em <http://www.nytimes.com/2012/12/01/opinion/united-by-a-catchy-acronym.html?_r=1&>. Acesso em 12.mai.2014.
- CARMONA, Ronaldo. THE RETURN OF GEOPOLITICS: THE ASCENSION OF BRICS. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [S.l.], v. 3, n. 6, mar. 2015. ISSN 2238-6912. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/51286/33164>>. Acesso em 17.mar. 2015.
- CARRICO, Talitha. Study finds Brazil's state to be tax-guzzling, inefficient. 2014. Financial Times. Disponível em < <http://blogs.ft.com/beyond-Brics/2014/04/22/study-finds-brazils-state-to-be-tax-guzzling-inefficient/> > . Acesso em 13.mai.2014
- DINGWERTH, Klaus; PATTBERG, Philipp. Global governance as a perspective on world politics. *Global governance: a review of multilateralism and international organizations*, v. 12, n. 2, p. 185-203, 2006. Disponível em < <http://www.glogov.org/?pageid=4> > . Acesso em 12.mai.2014.
- GONÇALVES, Alcindo. "O Conceito de Governança". XIV Congresso Nacional do Conpedi. Fortaleza, 2005.
- HAIBIN, Niu. BRICS in Global Governance: A Progressive Force?. FES Perspective. 2012. Disponível em < http://www.fes-globalization.org/new_york/new-publication-Brics-in-global-governance-a-progressive-force/ > Acesso em: 09.mai.2014.
- MENDES, MARCOS. O Crescimento de Longo Prazo do Brasil Tem Sido Satisfatório? 2013. Disponível em < <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2013/05/13/o-crescimento-de-longo-prazo-da-economia-brasileira-tem-sido-satisfatorio/> > Acesso em 12.mai.2014.
- MINGST, Karen. **Essentials of International Relations**. New York: W. W. Norton & Co. Terceira edição, 2004. Capítulo 10.
- NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown and Company, 1973. Capítulo 1.
- PEARSON, Samantha. Brazil must act to boost trade with BRICS. 2014. Financial Times. Disponível em < <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/aa9b7794-cc38-11e3-bd33-00144feabdc0.html#axzz31hMEWJrS> > . Acesso em 14.mai.2014.
- PULLEN, J.P. Why is South Africa Included in the BRICS? 2013. The Economist. Disponível em <<http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2013/03/economist-explains-why-south-africa-Brics>> . Acesso em 12.mai.2014.

SANTOS, Renato Xavier dos. BRICS e a Ordem Internacional: O Debate Acadêmico. Florianópolis, 2013.

TROYJO, Marcos. Os Dois 'BRICS'. 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcostroyjo/2014/04/1445159-os-dois-Brics.shtml>>. Acesso em 10.mai.2014.

VIEIRA, F. V.; VERÍSSIMO, M. P. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 3, p. 513-546, dez. 2009. Disponível em <<http://www.ie.ufu.br/node/233>> . Acesso em 14.mar.2015.

VISENTINI, Paulo. EDITORIAL: A GUERRA ECONÔMICA E O SILÊNCIO DA ACADEMIA. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [S.l.], v. 3, n. 6, mar. 2015. ISSN 2238-6912. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/53925/33160>>. Acesso em 17. mar. 2015.

Enviado em Fevereiro de 2016.

Publicado em Julho de 2016.